



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Chefia do Governo:

Secretaria-Geral do Governo.

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações:

Gabinete do Ministro.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério das Finanças:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Administração Interna:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério do Turismo, Indústria e Energia:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Desportos:

Direcção dos Recursos Humanos.

Procuradoria-Geral da República:

Secretaria.

Agência Nacional das Comunicações:

Conselho de Administração.

Município do Sal:

Câmara Municipal.

Município de Santa Catarina de Santiago:

Câmara Municipal.

PROCUDORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Secretaria

Despacho S. Ex^a o Procurador-Geral da República:

De 2 de Julho de 2010:

Em conformidade com as disposições combinadas dos artigos 5º da Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro. 31º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, 81º da Lei nº 136/IV/95, de 3 de Julho na nova redacção dada pela Lei nº 65/V/98, de 17 de Agosto e 28º, nº 2 da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, é transferido o Delegado do Procurador da República, Lázaro Lopes Rocha, da Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz, para a Procuradoria da República da Comarca de São Domingos.

Secretaria da Procuradoria-Geral da repúblicas, na Praia, aos 2 de Julho de 2010. – O Secretário-Geral, *José Luís Varela Marques*.

o

AGÊNCIA NACIONAL DAS
COMUNICAÇÕES

Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO N.º 002/2010

de 24 de Junho

O desenvolvimento da sociedade de informação e do conhecimento, através de um melhor aproveitamento dos recursos existentes, a introdução de novos e melhores serviços, assim como o desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais constituem objectivos primordiais da ANAC.

Tendo em conta a crescente evolução mundial da banda larga e com o objectivo de revolucionar e massificar a banda larga em Cabo Verde, que até a presente data apenas dispõe de banda larga fixa (ADSL), a ANAC promoveu a consulta pública sobre a 'Introdução de redes de comunicações móveis terrestres de terceira e quarta geração em Cabo Verde'.

Na sequência desta consulta pública, e das decisões dela tomadas, nos termos da qual considerou adequada a atribuição, por concurso público de três direitos de utilização de frequências, de âmbito nacional, para os sistemas de comunicações móveis terrestre públicas de terceira geração (3G), cabe a ANAC estipular as regras para a realização do referido concurso público.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 17.º dos Estatutos da ANAC, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 31/2006, de 19 de Junho, na prossecução dos objectivos de regulação previstos no artigo 5º do Decreto-Legislativo N.º 7/2005, de 28 de Novembro, o Conselho de Administração da ANAC, reunido na sua sessão extraordinária do dia 24 de Junho de 2010 deliberou o seguinte:

Artigo 1º

Aprovação

É aprovado o regulamento que define os procedimentos do Concurso Público para atribuição de direitos de utilização de frequências para sistemas de terceira geração das comunicações móveis terrestres públicas (3G) em Cabo Verde, que segue em anexo e que faz parte integrante da presente Deliberação.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Deliberação entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Agência Nacional das Comunicações, Praia, aos 9 de Julho de 2010.
– O Presidente do Conselho de Administração, *David Gomes*.

ANEXO

REGULAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO
PARA ATRIBUIÇÃO DE TRÊS DIREITOS DE UTILIZAÇÃO
DE FREQUÊNCIAS DE ÂMBITO NACIONAL PARA
OS SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS TERRESTRE
PÚBLICAS DE TERCEIRA GERAÇÃO (3G)

Artigo 1º

Objecto

1. O concurso público previsto no presente regulamento tem por objecto a atribuição de três direitos de utilização de frequências de âmbito nacional para os sistemas de comunicações móveis terrestre públicas de terceira geração (3G), mediante a utilização de 2 x 15 MHz de espectro emparelhado nas faixas 1920-1980 MHz / 2110-2170 MHz e 5 MHz de espectro não emparelhado na faixa 1900-1920 MHz, para cada um dos direitos de atribuição de frequências, competindo à Agência Nacional das Comunicações (ANAC) determinar, após o apuramento dos sistemas tecnológicos a usar, as faixas de guarda necessárias, dentro do espectro indicado para utilização.

2. Constitui condição de atribuição de direito de utilização de frequências a apresentação de, no mínimo, uma proposta que preencha todos os requisitos constantes do caderno de encargos, a aprovar pelo Conselho de Administração da ANAC, baseada na norma UMTS (*Universal Mobile Telecommunications System*).

Artigo 2º

Legislação aplicável

1. O concurso público rege-se pelas disposições constantes do Decreto Legislativo nº 7/2005 de 28 de Novembro, do presente regulamento e do caderno de encargos, elaborado pela ANAC.

2. O direito de utilização de frequências atribuído rege-se pelas disposições constantes do Decreto-Legislativo nº 7/2005 de 28 de Novembro, do presente regulamento e do caderno de encargos, bem como pela demais legislação aplicável ao sector das comunicações.

3. O titular do direito de utilização de frequências atribuído obriga-se a cumprir os normativos que no futuro venham a ser publicados, ainda que estes prescrevam disposições não previstas à data da atribuição do direito de utilização, mas que resultem de necessidades ou exigências de uso público do serviço que prestam, nos termos do regime previsto no artigo 20º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro.

4. O titular do direito de utilização de frequências atribuído obriga-se também a cumprir os mandatos ou injunções que, nos termos da lei, lhe sejam dirigidos pelas autoridades competentes.

Artigo 3º

Abertura do concurso

1. A ANAC procede ao lançamento do concurso público, cujo anúncio deve conter:

- a) Indicação da entidade que promove a realização do concurso;
- b) Indicação do objecto e prazo do concurso;
- c) Indicação das faixas de frequências a utilizar;
- d) Local, data e horário para aquisição dos Documentos de Concurso;
- e) Local, data e hora para a sessão de abertura das propostas;
- f) Indicação das disposições que regem a atribuição de direitos de utilização de frequências;
- g) Explicitação dos instrumentos que enformam o concurso.

2. O anúncio do concurso é publicado nos jornais de maior circulação no país, na Sede da ANAC, no sítio da ANAC na *Internet* e noutros meios de comunicação nacionais e internacionais.

Artigo 4º

Concorrentes

1. Podem concorrer à atribuição dos direitos de utilização de frequências no âmbito do presente concurso, sociedades comerciais, constituídas ou a constituir em Cabo Verde, que preencham os requisitos fixados no artigo 19º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro.

2. As sociedades a constituir em Cabo Verde podem concorrer, só sendo, porém, emitido o direito de utilização de frequências, após apresentação, no prazo de 60 dias a contar do acto público de abertura de concurso, de certidão comprovativa da efectivação do registo do contrato de sociedade na competente conservatória do registo comercial.

3. No âmbito do presente concurso, à mesma entidade não pode ser atribuída mais do que um direito de utilização de frequências.

Artigo 5º

Preparação das candidaturas

Os cadernos de encargos podem ser adquiridos, após a data do anúncio do concurso público, na Secretaria da ANAC no Edifício do MITT – Ponta Bélem, Praia, todos os dias úteis entre as 8 e as 16 horas, até à data do fim do prazo para entrega das candidaturas, contra o pagamento dum valor fixo a aprovar pelo Conselho de Administração da ANAC.

Artigo 6º

Caução provisória

1. Para garantia do vínculo assumido com a apresentação das propostas e das obrigações inerentes ao concurso, os concorrentes devem prestar uma caução no valor de 22.000.000\$00 (vinte e dois milhões de escudos cabo-verdiano), equivalente a 199.519€ (cento e noventa e nove mil, quinhentos e dezanove Euros).

2. A caução é prestada através de depósito, em dinheiro, por garantia bancária ou seguro-caução, que ofereça garantias equivalentes àquela, à ordem da ANAC, em qualquer dos casos devidamente documentados.

3. A caução pode ser levantada pelos concorrentes logo após o termo do prazo da entrega das propostas, caso não tenha sido apresentada proposta ou esta não tenha sido admitida, ou ainda em caso de não atribuição de direito de utilização de frequências.

4. Para os efeitos do disposto no número anterior, a ANAC deve promover, nos 10 dias úteis subsequentes, as necessárias diligências.

Artigo 7º

Pedidos de esclarecimento

1. Os concorrentes podem solicitar, no decurso do prazo de entrega das propostas e até 20 dias úteis antes do prazo ter terminado, o esclarecimento das dúvidas que se lhes suscitem na interpretação de quaisquer instrumentos do processo do concurso.

2. Os pedidos de esclarecimento devem ser apresentados por escrito, e enviados por carta registada com aviso de recepção, por fax ou por e-mail.

3. Os esclarecimentos são prestados pela ANAC por escrito, no prazo de dez dias úteis, sem contudo identificar quem solicitou os esclarecimentos, sendo a resposta enviada a todos os concorrentes que tenham recebido os documentos do concurso.

Artigo 8º

Atrasos

Na situação prevista no artigo anterior, havendo utilização dos serviços de correio, o concorrente é o único responsável pelos atrasos que se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação no caso de a entrega do pedido de esclarecimento se verificar já depois de esgotado o prazo aplicável.

Artigo 9º

Modo e prazo de apresentação de candidaturas

1. As candidaturas para obtenção de direito de utilização de frequências devem ser formalizadas mediante pedido escrito dirigido ao Presidente do Conselho de Administração da ANAC, do qual conste a identificação do concorrente, a referência ao aviso de abertura do concurso bem como a data e assinatura do concorrente.

2. O pedido deve ser redigido em língua portuguesa/inglesa/francesa, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre com o mesmo tipo de letra.

3. Os pedidos de candidatura devem ser entregues na Secretaria da ANAC, contra recibo comprovativo da entrega, nos dias úteis entre as 8 e as 16 horas.

4. O prazo para apresentação das candidaturas é de 90 dias úteis contados a partir da data do anúncio do lançamento do concurso.

Artigo 10º

Instrução do pedido

1. Os concorrentes devem apresentar, com o respectivo pedido de candidatura, a que alude o artigo anterior, os seguintes documentos:

- a) Declaração da entidade com poderes para vincular o concorrente, nessa qualidade reconhecida notarialmente, donde conste expressamente a aceitação das condições do concurso e sujeição às obrigações decorrentes do acto da candidatura e das respectivas propostas em caso de atribuição de direito de utilização de frequências;
- b) Certidão da matrícula e inscrições em vigor, emitida pela conservatória do registo comercial competente;
- c) Fotocópia simples dos respectivos estatutos;
- d) Documento comprovativo da prestação de caução provisória, nos termos fixados no artigo 6º;
- e) Documento que refira a composição do capital social directo e indirecto até ao segundo nível;
- f) Documento comprovativo de regularização da situação contributiva perante a segurança social e perante as contribuições e impostos;
- g) Declaração de conformidade de contabilidade organizada nos termos das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF);
- h) Documento que reflecta a estrutura organizativa da entidade concorrente, com identificação dos principais responsáveis e resumo dos respectivos currículos;
- i) Proposta detalhada relativa à instalação e exploração do sistema a desenvolver, de acordo com o plano técnico a elaborar nos termos do caderno de encargos, da qual constem, nomeadamente, a caracterização do sistema tecnológico a constituir, o planeamento do desenvolvimento do sistema e consequente plano de cobertura, a gestão e operação do sistema, os níveis de qualidade, as condições de acesso e de partilha de infra-estruturas;
- j) Plano económico-financeiro elaborado de acordo com a estrutura do caderno de encargos, do qual constem as previsões de mercado, a estratégia de actuação, relevando, nomeadamente, as condições de oferta de roaming, a gama de serviços, a política de preços, os canais de comercialização e os impactos do projecto, bem como os documentos económico-financeiros que traduzam a implementação do projecto e a operação do sistema, evidenciando as fontes de financiamento;
- k) Declaração da entidade com poderes para vincular o concorrente de que todas as cópias apresentadas, independentemente do meio de suporte, estão conforme com os originais e se aceita a prevalência destes para todos os efeitos;
- l) Quaisquer outros elementos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da sua candidatura.

2. Para efeitos da alínea e) do n.º 1, os concorrentes devem indicar, especificadamente, quem são, e em que montante, os titulares, pessoas singulares ou colectivas, do capital social da entidade concorrente, bem como, caso algum ou alguns dos sócios sejam pessoa colectiva, proceder, quanto a estes, à mesma indicação especificada.

3. As entidades referidas no n.º 2 do artigo 4º estão dispensadas da entrega dos documentos previstos nas alíneas a), b), c), f) e g) do n.º 1 e devem apresentar:

- a) Protocolo vinculativo dos constituintes entre si, donde conste expressa declaração de aceitação das condições do concurso público e sujeição às obrigações decorrentes do acto de candidatura e das respectivas propostas, em caso de atribuição de direito de utilização de frequências;
- b) Projecto de estatutos, a cujo teor os constituintes se vinculam.

4. As sociedades cujo acto de constituição se tenha verificado nos 90 dias anteriores à data da entrega do pedido de candidatura estão dispensadas das exigências referidas nas alíneas f) e g) do n.º 1.

5. Os documentos apresentados pelos concorrentes com sede social fora do território nacional devem ser emitidos e autenticados pelas autoridades competentes do país de origem ou, não existindo documento idêntico ao requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração, sob compromisso de honra, feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.

6. Todos os documentos que instruem o pedido de candidatura devem ser redigidos em língua portuguesa/ francesa/ inglesa ou, no caso de não o serem, devem ser acompanhados da tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

7. Todos os documentos apresentados pelos concorrentes e que instruem o pedido de candidatura não são devolvidos, ficando na posse da ANAC.

Artigo 11º

Distribuição das peças do concurso

1. O pedido de candidatura deve ser apresentado em envelope fechado, autónomo e identificado.

2. Os documentos que instruem o pedido de candidatura devem ser apresentados em três volumes fechados, identificados e separados de acordo com a estrutura exigida no caderno de encargos, distinguindo-se o da identificação do concorrente, o do plano técnico e o do plano económico-financeiro.

3. Os documentos originais relativos a cada um dos capítulos do caderno de encargos devem ser numerados sequencialmente em todas as páginas, as quais devem ser rubricadas por um dos legais representantes do concorrente e conter indicação de que se trata de original.

4. Devem ser apresentadas uma cópia de todos os documentos referidos no número anterior devidamente identificadas como tal e acompanhadas de uma declaração da entidade concorrente, garantindo a sua conformidade com a documentação original, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 10º.

5. Deve ser também apresentada uma cópia da proposta em CD-ROM, não regravável, com os respectivos ficheiros no formato PDF (Adobe Acrobat);

6. A parametrização de acesso aos ficheiros referidos no n.º 5 deve garantir a impossibilidade de alteração do seu conteúdo e de outra gravação, em qualquer meio, e assegurar que este apenas possa ser efectuado mediante permissão através da utilização de uma *password*, a qual deve ser indicada à comissão a que alude o n.º 3 do artigo 12º, mediante declaração encerrada em envelope.

Artigo 12º

Acto público de abertura das propostas

1. O acto público do concurso para abertura dos envelopes com a identificação dos concorrentes e o plano técnico, tem lugar às 10 horas do 1º dia útil posterior à data referida no n.º 4 do artigo 9º, na sede da ANAC.

2. Só podem intervir no acto público do concurso os representantes dos concorrentes, até ao máximo de três elementos por concorrente, desde que devidamente credenciados para os representarem no acto.

3. O acto público do concurso é realizado por uma comissão constituída por cinco membros, adiante designada por comissão, nomeada por decisão do Conselho de Administração da ANAC, à qual compete neste âmbito:

- Confirmar a recepção dos envelopes contendo os pedidos de candidatura, bem como dos volumes que contêm os documentos e os elementos que os instruem;
- Proceder à abertura dos envelopes;
- Rubricar os pedidos de candidatura, bem como fixar um prazo para consulta dos processos de candidatura pelos concorrentes;
- Verificar a qualidade dos intervenientes no acto, sempre que necessário;

e) Conceder aos concorrentes um prazo máximo de dois dias úteis para procederem ao suprimento de eventuais omissões ou incorrecções verificadas no processo de candidatura, quando consideradas supríveis;

f) Aceitar e decidir sobre as reclamações que lhe sejam apresentadas no decurso do acto público, pelos representantes dos concorrentes, suspendendo o mesmo acto, sempre que necessário.

4. Das decisões referidas na alínea f) do número anterior cabe recurso, com efeito meramente devolutivo, para o Conselho de Administração da ANAC.

5. O acto de abertura das propostas financeira terá lugar após a avaliação da proposta técnica, e será restrita aos concorrentes qualificados na avaliação técnica, ou seja que tenham obtido, no mínimo 80% do valor máximo.

Artigo 13º

Rejeição de candidaturas

1. Compete ao Conselho de Administração da ANAC decidir, mediante proposta fundamentada da Comissão, sobre a admissão ou exclusão das candidaturas.

2. Não são admitidas propostas condicionadas, entendidas estas como as propostas em que o concorrente faz depender a sua validade da verificação de determinado acontecimento futuro e incerto.

3. As candidaturas são rejeitadas em qualquer fase do processo de concurso, sempre que se verifique qualquer das seguintes situações:

- Não cumprimento do disposto nos artigos 9º, 10º, 11º e 16º;
- Não cumprimento dos requisitos e condições do concurso ou desconformidade, quanto à apresentação dos elementos que instruem o pedido de candidatura, com a organização exigida no caderno de encargos.

Artigo 14º

Apreciação de candidaturas

1. Compete à comissão apreciar as candidaturas.

2. A apreciação das candidaturas tem por base, prioritária e sucessivamente, os seguintes critérios de selecção:

- Contribuição para as condições de concorrência efectiva;
- Contribuição para o desenvolvimento da sociedade de informação;
- Qualidade do plano técnico, incluindo as condições de partilha de infra-estruturas;
- Qualidade do plano económico-financeiro;

Artigo 15º

Roaming

1. Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo anterior e sem prejuízo das demais exigências constantes do caderno de encargos, é valorizada a oferta de roaming nacional entre os sistemas de terceira geração e os sistemas de segunda geração.

2. As condições de oferta de roaming, quando existente, devem obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- Duração não inferior a cinco anos, a contar da data de emissão do direito de utilização de frequências;
- Disponibilização de todos os serviços e facilidades que forem oferecidos pelos operadores de GSM aos seus próprios utilizadores, assegurando as mesmas condições de qualidade de serviço.

3. As condições de oferta de roaming são sujeitas a reavaliação, pela ANAC, decorridos dois anos sobre a data de emissão do direito de utilização de frequências.

Artigo 16º

Prestação de esclarecimentos pelos concorrentes

1. Os concorrentes, através de delegados qualificados para o efeito, obrigam-se a prestar, perante a comissão, todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados para completa apreciação das candidaturas.

2. O não cumprimento do disposto no número anterior determina a exclusão desse concorrente do concurso, salvo casos devidamente justificados e aceites pela comissão.

Artigo 17º

Decisão final

1. A comissão deve elaborar a lista classificativa dos concorrentes, devidamente fundamentada, bem como propor, no prazo de 45 dias úteis a contar da data do acto público de abertura das propostas, a atribuição de direitos de utilização de frequências aos concorrentes que, satisfazendo as condições do concurso e os critérios de selecção, tenham obtido a melhor classificação, podendo o prazo indicado ser excepcionalmente prorrogado, sob proposta da comissão, por decisão do Conselho de Administração da ANAC.

2. Compete ao Conselho de Administração da ANAC a homologação das propostas de atribuição de direito de utilização de frequências, as quais lhe devem ser submetidas pelo presidente da comissão.

3. A decisão sobre a atribuição dos direitos de utilização de frequências é comunicada, pela ANAC, a todos os concorrentes, por carta registada com aviso de recepção.

4. É reservado o direito de não homologação caso se verifique que a proposta não satisfaz as exigências de uso público inerentes aos sistemas postos a concurso.

Artigo 18º

Emissão de direito de utilização de frequência sob condição

1. É limitada a 10%:

- a) A participação, directa ou indirecta, de uma entidade titular de direito de utilização de frequências emitido no âmbito do presente concurso, no capital social de outra entidade igualmente titular de direito de utilização de frequências emitido no âmbito do mesmo concurso
- b) A participação, directa ou indirecta, de uma mesma entidade privada no capital social de duas ou mais entidades seleccionadas no âmbito do presente concurso.

2. Nas situações referidas no número anterior, caso se verifique excedido o limite de 10%, os direitos de atribuição de frequências às entidades participantes, e no caso da alínea b) às entidades participadas, estão sujeitas à condição de alienação das respectivas participações até àquele limite, dentro do prazo de um ano a contar da data da atribuição, sob pena de revogação do acto.

3. Por forma a garantir uma real concorrência no mercado, as empresas que tenham uma quota de mercado superior a 25% do mercado das comunicações móveis terrestre públicas só poderão iniciar as suas actividades comerciais 24 (vinte e quatro) meses após a emissão do direito de utilização de frequências.

Artigo 19º

Caução definitiva

1. As entidades a quem forem atribuídas direitos de utilização de frequências ficam obrigadas, no prazo de 10 dias úteis a contar da recepção da comunicação referida no n.º 3 do artigo 17º, a proceder ao reforço da caução para o valor de 150.000.000\$00 (cento e cinquenta milhões de escudos cabo-verdiano), equivalente a 1.360.360€ (Um milhão, trezentos e sessenta mil, trezentos e sessenta Euros).

2. A caução referida no número anterior vigora por um período de cinco anos sendo libertada, satisfeitas as condições a que alude o número 2 do artigo anterior, até ao limite de um terço do seu valor, na medida em que se verificar o cumprimento das obrigações mínimas de cobertura constantes do caderno de encargos.

3. A revogação do acto de atribuição do direito de utilização de frequências, nos casos referidos no número 3 do artigo 18º, determina a perda integral da caução definitiva prestada.

4. A caução a que se refere o n.º 2 é libertada, mediante pedido do titular do direito de utilização de frequências, em montante correspondente ao que se propôs afectar a cada um dos projectos, na data e em função da sua conclusão, como tal reconhecida pelo ANAC.

Artigo 20º

Emissão do direito de utilização de frequências

1. O direito de utilização de frequências será emitido pelo ANAC após o cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo anterior e verificado

que seja o pagamento da taxa nos termos e com as menções definidas pelo Despacho nº 56/2010 do Gabinete do Ministro de Estado e das Infra-estruturas, Transportes e Telecomunicações.

2. Sempre que, sem motivo justificado, o concorrente a quem for atribuída o direito de utilização de frequências não cumpra o disposto no n.º 1 do artigo anterior, o Conselho de Administração da ANAC homologa a proposta classificada em lugar subsequente de acordo com a lista classificativa que lhe foi apresentada pela Comissão nos termos do n.º 1 do artigo 17º, desde que a mesma cumpra as condições do concurso e os critérios de selecção.

3. A homologação da nova proposta determina a revogação do anterior acto de atribuição do direito de utilização de frequências.

4. As empresas que ainda não possuem autorização para a actividade de comunicações electrónicas em Cabo Verde, caso adquiram no âmbito deste concurso um direito para utilização de frequências, devem no prazo máximo de 90 dias a contar da data da comunicação pela ANAC do resultado do concurso, solicitar de acordo com os expostos na Deliberação nº1/2007, de 30 de Janeiro uma autorização para o início das actividades de comunicações electrónicas em Cabo Verde, sob pena de ser cancelado o direito de utilização adquirida nos termos deste concurso.

5. Entidades titulares de direitos de utilização de frequências emitidos no âmbito deste concurso, que não possuam um direito de utilização de frequências na faixa reservada ao GSM, caso necessitem, podem o solicitar, cabendo a ANAC, a análise dos pedidos recebidos e a atribuição de um direito de utilização de frequências na faixa reservada ao GSM, mediante pagamento das taxas estipuladas para a emissão do direito de utilização de frequências para o GSM, nos termos e com as menções definidas pelo Despacho nº55/2010 do Gabinete do Ministro de Estado e das Infra-estruturas, Transportes e Telecomunicações.

Artigo 21º

Obrigações do titular do direito de utilização de frequências

1. As obrigações emergentes dos termos do concurso e da proposta vencedora, fazem parte integrante do direito de utilização de frequências, constituindo para todos os efeitos, uma das condições associadas ao direito atribuído, nos termos da alínea g) do nº1 do artigo 32º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro.

2. A atribuição do direito de utilização de frequências não confere ao seu titular quaisquer outros direitos que não sejam os que resultam dos exactos termos constantes do direito de utilização de frequência a emitir, não sendo invocáveis quaisquer factos decorrentes da introdução, por qualquer forma, de outros direitos de utilização de frequências ou modificação superveniente de circunstâncias.

3. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 15º, constitui obrigação dos operadores titulares de direitos de utilização de frequências emitidos nos termos do presente concurso, cujas condições de oferta de roaming apresentadas tenham sido efectivamente contratadas, manter a sua oferta pelo prazo de cinco anos, a contar da data de emissão do direito de utilização de frequências.

4. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 15º, os termos dos acordos de roaming celebrados por titulares de direitos de utilização de frequências emitidos no âmbito do presente concurso devem ser comunicados a ANAC no prazo de 15 dias a contar da data da respectiva celebração.

5. A taxa devida pelo exercício da actividade, nos termos do artigo 102º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, bem como as taxas relativas à utilização do espectro radioeléctrico, apenas são devidas a partir da data do início da actividade.

6. As entidades titulares de direitos de utilização de frequências emitidos o âmbito deste concurso, não podem alterar a composição e titularidade do capital social, sem autorização prévia do Conselho de Administração da ANAC.

Artigo 22º

Prazo do direito de utilização de frequências

O direito de utilização de frequências é atribuído pelo prazo de 15 anos, podendo ser renovado nos termos do artigo 36º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro.

Artigo 23º

Contagem de prazos

1. À contagem dos prazos são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
- b) O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades e suspende-se nos sábados, domingos e feriados;
- c) O termo do prazo que caia em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o acto não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

2. Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses incluem-se os sábados, domingos e feriados.

Artigo 24º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional das Comunicações, *David Gomes*.

—o—

MUNICÍPIO DO SAL**Câmara Municipal**

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Sal:

De 15 de Junho de 2010:

Câmara Municipal do Sal reunida na sua X sessão ordinária, realizada no dia 15 de Junho de 2010, pelas dez horas e trinta minutos, deliberou por unanimidade dos presentes a proposta de progressão dos funcionários abaixo indicados, nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os artigos 3º e 4º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto.

Adalberto Fortes Monteiro, técnico profissional, referência 8, escalão C, para técnico profissional, referência 8, escalão D.

Adriano de Jesus Monteiro, operário qualificado, referência 7, escalão D, para operário qualificado, referência 7, escalão E.

Anízia Gonçalves Dionísio, assistente administrativo, referência 6, escalão A, para assistente administrativo referência 6, escalão B.

Anízia Rodrigues Ramos, assistente administrativo, referência 6, escalão A, para assistente administrativo, referência 6, escalão B.

Amónia Francisca Silva, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão C, para ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão D.

António Calos Fernandes Monteiro, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão D, para técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão E.

António Luís do Rosário, operário qualificado, referência 7, escalão D, para operário qualificado, referência 7, escalão E.

Aristides Soares Vieira, técnico-adjunto, referência 11, escalão B, para técnico-adjunto, referência 11, escalão C.

Artur Francisco da Cruz, operário qualificado, referência 7, escalão C, para operário qualificado, referência 7, escalão D.

Bernardino Ramos Fortes, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão D, para técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão E.

Cândida Maria Rodrigues, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão C, para ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão D.

Carlos Alberto Brita, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão F, para ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão G.

Carlos Alberto Silva, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão D, para ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão E.

Celeste Maria Ramos, técnico-adjunto, referência 11, escalão B, para técnico adjunto, referência 11, escalão C.

Edson Lopes Ramos, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão C, para técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão D.

Eduardo Tavares Rocha, fiscal, referência 5, escalão D, para fiscal, referência 5, escalão E.

Elessandra Isabel Évora, assistente administrativo, referência 6, escalão A, para assistente administrativo, referência 8, escalão B.

Elisia Joana Lima Brito, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão D, para técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão E.

Eugénio do Rosário da Luz, agente administrativo, referência 3, escalão E, para técnico auxiliar, referência 3, escalão F.

Eunice Santos Monteiro, auxiliar administrativo, referência 2, escalão D, para auxiliar administrativo, referência 2, escalão E.

Filomena Henriqueta Silva Ramos, auxiliar administrativo, referência 2, escalão D, para auxiliar administrativo, referência 2, escalão E.

Francisco Emanuel Fernanda, técnico auxiliar, referência 5, escalão C, para técnico auxiliar, referência 5, escalão D.

Ginilda Ribeiro Martins, assistente administrativo, referência 6, escalão A, para assistente administrativo, referência 6, escalão B.

Gualdina da Cruz Ferreira Brito, técnico auxiliar, referência 5, escalão G, para técnico auxiliar, referência 5, escalão H.

Helena Maria Rocha Alves, fiscal, referência 5, escalão B, para fiscal, referência 5, escalão C.

Iolanda da Graça Estrela, técnico auxiliar, referência 5, escalão C, para técnico auxiliar, referência 5, escalão D.

Isabel Maria da Costa Soares, fiscal, referência 5, escalão B, para fiscal, referência 5, escalão C.

Janice Maria Montrond, assistente administrativo, referência 6, escalão B, para assistente administrativo, referência 6, escalão C.

João Baptista Lopes, fiscal, referência 5, escalão B, para fiscal, referência 5, escalão C.

João dos Santos Brito, técnico auxiliar, referência 5, escalão C, para técnico auxiliar, referência 5, escalão D.

João Felisberto Cosme Évora, fiscal, referência 5, escalão B, para fiscal, referência 5, escalão C.

Jorge Augusto Bento, operário qualificado, referência 7, escalão D, para operário qualificado, referência 7, escalão E.

José da Cruz Cotão, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão C, para técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão D.

Justino Domingos Assunção, fiscal, referência 5, escalão E, para fiscal, referência 5, escalão C.

Luís Monteiro Araújo, operário qualificado, referência 1, escalão D, para operário qualificado, referência 7, escalão E.

Maria Auxilia Comes do Rosário, assistente administrativo, referência 6, escalão A, para assistente administrativo, referência 6, escalão B.

Maria do Céu Lima Rocha, tesoureira, referência 7, escalão G, para tesoureira, referência 7, escalão H.

Maria Helena Silva, ajudante de serviços gerais, referência 1 escalão C, para ajudante de serviços gerais, referência 1 escalão D.

Maria José Silva Brito, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão C, para ajudante de serviços gerais, referência 1 escalão D.

Maria Luísa Lélis, assistente administrativo, referência 6, escalão D, para assistente administrativo, referência 6, escalão E.

Maria Margarida Nobre de Melo, técnico auxiliar, referência 5, escalão C, para técnico auxiliar, referência 5, escalão D.

Maria Teresa Lopes Correia, assistente administrativo, referência 6, escalão D, para assistente administrativo referência 6, escalão E.

Octávio Delgado Santos, fiscal, referência 5, escalão B, para fiscal, referência 5, escalão C.

Olavo Salazar Lopes, operário qualificado, referência 7, escalão D, para operário qualificado, referência 7, escalão E.

Paulo Miguel Fortes Duarte, técnico profissional, referência 8, escalão C, para técnico profissional, referência 8, escalão D.

Riseth Tavares Semedo, técnico-adjunto, referência 11, escalão D, para técnico adjunto, referência 11, escalão E.

Rito António Brito Gomes, operário qualificado, referência 7, escalão D, para operário qualificado, referência 7, escalão E.

Silvestra Maria Comes, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão C, para ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão D.

Tomáz Francisco da Cruz, operário qualificado, referência 7, escalão D, para operário qualificado, referência 7, escalão E.

Câmara Municipal do Sal, aos 24 de Junho de 2010. — O Secretário Municipal, *José Lourenço do Rosário Lopes*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 14 de Janeiro de 2010

António Martins Gomes, técnico superior, referência 13, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Descentralização e Administração Local, dada por finda a comissão ordinária de serviço, no cargo de secretário municipal da Câmara Municipal de Santa Catarina, com efeitos a partir de 15 de Junho de 2010.

Câmara Municipal de Santa Catarina, aos 21 de Junho de 2010. — O Presidente, *Francisco Fernandes Tavares*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Sítio: www.inc.gov.cv

ASSINATURAS

Para o país:

| | Ano | Semestre |
|-----------------|-----------|-----------|
| I Série | 8.386\$00 | 6.205\$00 |
| II Série..... | 5.770\$00 | 3.627\$00 |
| III Série | 4.731\$00 | 3.154\$00 |

Para países estrangeiros:

| | Ano | Semestre |
|-----------------|------------|-----------|
| I Série | 11.237\$00 | 8.721\$00 |
| II Série..... | 7.913\$00 | 6.265\$00 |
| III Série | 6.309\$00 | 4.731\$00 |

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

| | |
|------------------|-----------|
| 1 Página | 8.386\$00 |
| 1/2 Página | 4.193\$00 |
| 1/4 Página | 1.677\$00 |

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTES NÚMEROS — 180\$00